

QUESTIONÁRIO CF/ANAC 05/01

- 1- A Ética no âmbito do serviço público brasileiro tem consolidadas as definições e distinções de Ética e Moral.
- 2- O Código de Ética é um regulamento desenvolvido a nível internacional e suas regras se aplicam universalmente a diversos recortes da sociedade.
- 3- Servidor público é uma pessoa que é investida de uma função pela qual realiza um serviço, em nome do poder público, destinado a atender a alguma necessidade de um ou mais cidadãos.
- 4- Quando alguém age em nome do Estado, essa pessoa passa a envergar sobre si alguns atributos do Estado, que não são dados a outros cidadãos.
- 5- Os Códigos de ética surgem a partir da definição de atos que são aceitáveis ou inaceitáveis dentro de determinados grupos sociais, evidenciando as condutas que são esperadas e exigidas de seus componentes.
- 6- A base da Ética própria do Servidor Público está na capacidade de enxergar e distinguir que toda reação provocada no mundo que o cerca, devida ao exercício de seu poder especial, é dirigida a ele como pessoa.
- 7- É defeso aos servidores da ANAC receber presentes, tais como brindes e hospitalidades, oferecidos por quem tenha interesse em decisão sua ou de colegiado do qual participe.
- 8- O Código de Ética do Servidor Público Federal é uma carta legal na qual são explicitadas algumas regras fundamentais para o exercício do Serviço Público, alguns deveres dos Servidores e algumas vedações à atuação do Servidor.
- 9- É obrigatória a existência das Comissões de Ética em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público.
- 10- O Servidor pode exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, desde que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- 11- A Corregedoria da ANAC é dividida em duas categorias, a Coordenadoria de Procedimentos Preliminares e a Coordenadoria de Apuração Disciplinar e Correcional.
- 12- É defeso ao servidor público participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- 13- Qualquer ato de conotação sexual, independente do grau de reprovabilidade, será apenada com demissão do servidor e pagamento de indenização à vítima.
- 14- É permitido ao servidor participar em sociedades que conferirem ao sócio poderes, direitos e responsabilidades limitados, como sócio acionista, cotista ou comanditário. Também é permitido ao servidor participar de associações e fundações.

- 15- A ANAC atuaativamente no CAEP, juntamente com outros órgãos do governo, para promover a sustentabilidade da aviação civil internacional.
- 16- Um dos objetivos ambientais da ICAO, ao qual o Brasil aderiu, é o crescimento neutro de carbono, que passará a ser monitorado e realizado a partir de 2027.
- 17- Atualmente, é inviável investir na compra de créditos de carbono devido às limitações tecnológicas encontradas na aviação civil internacional.
- 18- O Brasil possui a responsabilidade de concentrar esforços apenas na descarbonização da aviação civil internacional.
- 19- O Brasil foi pioneiro na produção de SAF e hoje é o maior produtor de SAF do mundo, atendendo ao mercado nacional e internacional.
- 20- A ANAC atua em 5 áreas, a regulação econômica, fiscalização de segurança operacional, certificação de aeronaves e aeroportos, formação e licenciamento de profissionais e proteção ao consumidor.
- 21- O aumento da concorrência no setor aeronáutico não teve influência da liberdade tarifária e da liberdade de oferta, iniciadas no início dos anos 2010.
- 22- Até o início dos anos 2000, a maioria dos aeroportos já tinham alcançado a terceira rodada de concessões aeroportuárias.
- 23- De acordo com o CBAer, o sistema aeroportuário é composto pelo conjunto de aeródromos brasileiros, com pistas de pouso, pistas de táxi, pátio de estacionamento de aeronaves, terminal de cargas, terminal de passageiros e as respectivas facilidades.
- 24- Por aeródromo compreende-se toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves e passageiros.
- 25- Para ser utilizado, todo aeródromo deve estar cadastrado junto à ANAC, sendo ele público ou privado, sendo esse último utilizado mediante permissão do proprietário e autorizada a exploração comercial.
- 26- O DECEA tem como missão a defesa do espaço aéreo brasileiro, ficando a cargo do CENIPA a função de prover a segurança e a fluidez do tráfego aéreo.
- 27- A ANAC e o DECEA atuam em coordenação e há relação hierárquica entre eles, uma vez que o DECEA é uma entidade militar subordinada ao COMAER.
- 28- A ANAC tem por atribuição institucional o trato dos diversos aspectos da segurança de voo, inclusive os níveis relativos à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização do pessoal aeronavegante.
- 29- O ASA advém de negociações entre dois ou mais Estados que visam estabelecer, emendar ou ampliar as relações aerocomerciais entre eles.
- 30- A negociação de um ASA se dá apenas em consultas de modo convencional ou formal e geralmente decorrem de interesse de empresa aérea de alguma das partes, política externa do Governo, pressão comercial, ou de correntes turísticas.
- 31- Os documentos básicos de uma consulta são o ASA, vinculante a nível governamental e o Memorando de Entendimento, celebrado entre autoridades do Governo e posto em vigor administrativamente.

- 32- Os Templates da ICAO para os ASA (TASA) abrangem artigos e anexos sugeridos para uso opcional pelos Estados, nas modalidades Bilateral, Regional ou Multilateral e possuem três tipos de abordagem: Tradicional, Liberal ou de Transição.
- 33- O Brasil adota um modelo próprio de ASA, utilizando 36 dos mais de 40 artigos do template da ICAO.
- 34- No Brasil, é defeso às companhias aéreas estrangeiras o direito à cabotagem e à cabotagem pura no transporte de passageiros.
- 35- As diretrizes atuais do Brasil quanto aos ASA contemplam, entre outros, quadro de rotas aberto, capacidade livre, código compartilhado amplo, cláusulas sem limite para capital estrangeiro e direitos de tráfego de até a sexta liberdade para serviços mistos e até a sétima liberdade para serviços exclusivamente cargueiros.
- 36- O mandato da OACI é auxiliar os países a alcançarem o maior grau possível de harmonização e uniformidade nas regulações e procedimentos de aviação civil e o Brasil é um dos seus membros fundadores.
- 37- A estrutura organizacional da ICAO é formada por Assembleia, Conselho, Comissões e Painéis, sendo este último o grau de maior importância.
- 38- O órgão executivo da ICAO, responsável por adotar as SARP, supervisionar o Secretariado e conduzir os trabalhos da instituição é a Assembleia.
- 39- Os Painéis, compostos por técnicos indicados pelos países membros, são responsáveis por propor os regulamentos, manuais, procedimentos e normas feitas pela ICAO.
- 40- A ANAC possui duas figuras de relevante representação na ICAO, sendo eles o Assessor de Transporte Aéreo, que ocupa o cargo da DELBRASMONT no Conselho da ICAO; e o Secondee, que atua no Secretariado.
- 41- Austrália, Brasil, Canadá e Argentina fazem parte do Grupo I do Conselho da ICAO.
- 42- A elaboração das SARP é uma das atividades mais importantes da ICAO, as quais se apresentam através dos 19 anexos da Convenção de Montreal.
- 43- A Regulação com Política Industrial foi o período mais representativo da era regulatória, cujo objetivo era adotar instrumentos de regulação econômica e mecanismos de política desenvolvimentista.
- 44- O SITAR fazia parte de um conjunto de políticas industriais que visavam fomentar o setor regional da aviação, dividindo o país em cinco grandes áreas, com operação de cinco empresas sob o regime de monopólio.
- 45- Durante a Regulação com Política Industrial, as tarifas e frequências eram rigidamente controladas e o acesso de novas empresas não era permitido, mas havia competição entre as empresas nacionais e regionais pelas mesmas rotas.
- 46- Durante a Regulação com Política de Estabilização Ativa, as companhias aéreas sofreram pressão para manter suas tarifas artificialmente baixas, o que as fez sofrer com a alta de insumos que estavam diretamente ligados à desvalorização da taxa de câmbio, afetando sua rentabilidade.

- 47- A desregulamentação gradual da aviação foi uma opção que visava conter os efeitos danosos de curto prazo que poderiam ser causados pelo forte acirramento da competição no mercado.**
- 48- A primeira etapa da desregulamentação foi marcada pela abolição dos monopólios regionais, pelo estímulo à entrada de novas empresas, não havendo mais qualquer forma de monopólio entre as empresas aéreas.**
- 49- Mesmo nessa fase de desregulamentação, ainda havia um certo monopólio das regionais em aeroportos ligando as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, conhecidos como “voos direto ao centro” ou Linhas Aéreas Especiais.**
- 50- O Sistema de Aviação Civil Brasileiro tinha, no início, o DAC como órgão central e os outros órgãos estavam sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica e fiscalização específica por parte do DAC.**
- 51- No início, a ANAC era vinculada ao Ministério da Defesa, no entanto, desde 2023 passou a ser vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos.**
- 52- A política nacional de transportes aquaviário e aeroviário são de competência do MPOR, bem como a aviação civil e infraestruturas aeroportuária e de aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa.**
- 53- Ao DECEA competem as funções de planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo, à proteção ao voo, ao serviço de busca e salvamento, às telecomunicações do Comando da Aeronáutica, bem como auxiliar na investigação e prevenção de acidentes.**
- 54- O CENIPA é o órgão central do SIPAER e fica responsável por investigar e tratar dos inquéritos e apontar os culpados e as respectivas punições pelos incidentes e acidentes aeronáuticos.**
- 55- O CONAC (Conselho de Aviação Civil) é um órgão colegiado de assessoramento do Presidente da República para a formulação da política de ordenação da aviação civil e é componente da estrutura do MPOR.**
- 56- O Direito Aeronáutico consiste no conjunto de normas jurídicas que abrangem a navegação aérea, tráfego aéreo, infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, atos e serviços, diretamente e indiretamente, ligados ao voo de aeronaves.**
- 57- O Código Brasileiro do Ar, tendo sua primeira edição em 1938, surgiu com a necessidade do governo dotar o país de uma legislação eficiente na regulação da aviação civil e comercial, acompanhando os progressos do setor mundial de aviação.**
- 58- A principal fonte do Direito Aeronáutico é o CBA (1986), na esfera nacional e a Convenção de Otawa e seus anexos, na esfera internacional.**
- 59- Os RBAH e RBAC são regras gerais que abrangem as normas e procedimentos recomendados pela ICAO e podem ter efeitos externos ou internos.**
- 60- As Diretrizes de Aeronavegabilidade são emitidas pela ANAC e contém ações de segurança operacional que servem para restaurar o nível de segurança operacional quando há evidências de que esse quesito está comprometido.**

1 E	2 E	3 C	4 C	5 C
6 E	7 E	8 C	9 C	10 E
11 C	12 C	13 E	14 C	15 C
16 E	17 E	18 E	19 E	20 C
21 E	22 E	23 C	24 E	25 E
26 E	27 E	28 C	29 C	30 E
31 C	32 C	33 E	34 C	35 C
36 C	37 E	38 E	39 C	40 C
41 E	42 E	43 C	44 C	45 E
46 C	47 C	48 E	49 C	50 C
51 C	52 C	53 E	54 E	55 C
56 C	57 C	58 E	59 C	60 C
61	62	63	64	65
66	67	68	69	70
71	72	73	74	75
76	77	78	79	80
81	82	83	84	85
86	87	88	89	90
91	92	93	94	95
96	97	98	99	100
101	102	103	104	105
106	107	108	109	110
111	112	113	114	115
116	117	118	119	120
121	122	123	124	125
126	127	128	129	130
131	132	133	134	135

